

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital **Assunto:** Apurar suposta prática de ato de improbidade administrativa, decorrente de inexigibilidades de licitações, para contratações de empresas de transporte escolar terrestre.

1.5.3. Processo nº 000144-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Jorge Paulo da Silva - Ex-Prefeito

Origem: 2º PJ de Redenção

Assunto: Apurar in tese atos praticados pelo ex-prefeito de Redenção Jorge Paulo da Silva, referente a apropriação e/ou desvio de contribuição previdenciária patronal.

1.5.4. Processo nº 000185-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Acará

Origem: PJ de Acará

Assunto: Apurar falta de aulas na rede municipal de ensino devido a falta de professor para ministrar algumas disciplinas, com o comprometimento do calendário escolar.

1.5.5. Processo nº 000013-150/2014

Requerente(s): Rosemary Dourado Frota

Requerido(s): Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Estado do Pará - HEMOPA

Origem: 1º PJ Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possível contratação irregular de servidor temporário.

1.5.6. Processo nº 000056-806/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): O Estado

Origem: 6ª PJ Agrária de Altamira

Assunto: Autos de recurso administrativo imposto pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Gurupá.

1.5.7. Processo nº 000240-151/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Ricardo Carvalho de Almeida, Paulo Sérgio Lopes Pinto

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital **Assunto:** Apurar possíveis violações a artigos da lei nº 8.429/92 por parte dos senhores Paulo Sérgio Lopes Pinto, Ricardo Carvalho de Almeida e Dennes dos Santos Nogueira.

1.5.8. Processo nº 002028-116/2013

Requerente(s): Auditoria Geral do Estado do Pará - AGE/PA

Requerido(s): Secretaria de Estado de Educação - SEDUC

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Acompanhar o cumprimento das recomendações feitas no Relatório de Fiscalização nº 43/2009, que registra o "resultado dos exames realizados sobre a gestão de contratos" firmados pela Secretaria de Estado de Educação, visando a "avaliar o cumprimento de cláusulas contratuais e a aderência aos normativos em vigor".

1.5.9. Processo nº 003762-040/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Estadual de Educação - SEDUC

Origem: 4º PJ de Castanhal

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na estrutura física da Escola de Ensino Fundamental e Médio Elcione Barbalho, no município de Castanhal/PA.

1.5.10. Processo nº 000541-477/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Providências no sentido de garantir à idosa D.N.S. o fornecimento de fraldas descartáveis obtidas por meio de ação judicial no ano de 2009 e, garantir ao seu filho, o idoso R.C.S. a realização de procedimento cirúrgico.

1.5.11. Processo nº 000184-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Acará - Prefeitura Municipal

Origem: PJ de Acará

Assunto: Apurar a necessidade no que diz respeito as medidas socioeducativas em aberto de privação de liberdade, pertinentes aos adolescentes no município de Acará.

1.5.12. Processo nº 002230-477/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Saúde de Ananindeua

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Providências no sentido de garantir à idosa A.F.C. realização de procedimento cirúrgico.

1.5.13. Processo nº 000981-031/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Santarém

Origem: 11º PJ de Santarém

Assunto: Providências no sentido de garantir de tratamento médico adequado ao Sr. O.C.B.C.J..

1.5.14. Processo nº 001236-477/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): A.A.G.

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar possível situação de risco vivenciada pelo idoso F.G..

1.5.15. Processo nº 000170-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): G.C.C.M.

Origem: PJ de São Francisco do Pará

Assunto: Providências no sentido de assegurar os direitos da criança P.R.M.S.

2.0 que ocorrer.

Belém-PA, 19 de fevereiro de 2018.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do Ministério Público

Protocolo: 280741

ROL DE INSCRITOS - EDITAL 011/2018-CSMP
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 88, § 4º e art. 98, caput, da Lei Complementar nº 057/2006, **TORNA PÚBLICO** o rol de inscritos no concurso de remoção na terceira entrância decorrente do Edital nº 011/2018-CSMP, publicado no D.O.E. nº 33.551, de 02/02/2018:

2º PJ DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA DE BELÉM-REMOÇÃO - MERECIMENTO PROCESSO Nº 011/2018-CSMP			
	PROMOTOR DE JUSTIÇA	DATA DE INSCRIÇÃO	PROTOCOLO
01	ALEXANDRE MANUEL LOPES RODRIGUES	15/02/2018	7212/2018

Belém-PA, 16 de fevereiro de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior

ROL DE INSCRITOS - EDITAL 012/2018-CSMP
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 88, § 4º e art. 98, caput, da Lei Complementar nº 057/2006, **TORNA PÚBLICO** o rol de inscritos no concurso de remoção na terceira entrância decorrente do Edital nº 012/2018-CSMP, publicado no D.O.E. nº 33.551, de 02/02/2018:

1º PJ DE MOSQUEIRO- REMOÇÃO - ANTIGUIDADE PROCESSO Nº 012/2018-MP/CSMP			
NÃO HOUVE INSCRITOS			

Belém-PA, 16 de fevereiro de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior

ROL DE INSCRITOS - EDITAL 013/2018-CSMP
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 88, § 4º e art. 98, caput, da Lei Complementar nº 057/2006, **TORNA PÚBLICO** o rol de inscritos no concurso de remoção na terceira entrância decorrente do Edital nº 013/2018-CSMP, publicado no D.O.E. nº 33.551, de 02/02/2018:

3º PJ COM ATRIBUIÇÕES GERAIS DE BELÉM - REMOÇÃO - MERECIMENTO PROCESSO Nº 013/2018-MP/CSMP			
NÃO HOUVE INSCRITOS			

Belém-PA, 16 de fevereiro de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior

Protocolo: 280461

EXTRATO DA ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR - 2018

(Lei nº 8.625, de 12.02.1993 - art. 15, § 1º)

DATA E HORA - 08.02.2018, das 9h21min às 15h51min.

LOCAL - Plenário "Octávio Proença de Moraes", no Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará. **PRESENTES:** Dra. **DULCELINDA LOBATO PANTOJA**, Subprocuradora-Geral de Justiça

- área Técnico-Administrativa, com delegação de PGJ, Presidente do Conselho Superior; Dr. **MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR**, Corregedor-Geral do Ministério Público, em exercício; os Conselheiros: Dra. **ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO**, Dr. **FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA**, Dra. **LEILA MARIA MARQUES DE MORAES**, Dra. **CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO** e Dra. **Maria do Socorro MARTINS Carvalho Mendo**.

DELIBERAÇÕES - Após amplamente discutidos os assuntos constantes da pauta, conforme detalhadamente descrito na Ata desta reunião, arquivada em pasta própria, o Conselho Superior tomou as seguintes decisões:

ITENS DA PAUTA:

Apreciação da Ata da 2ª Sessão Ordinária realizada em 25/01/2018.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, APROVOU a Ata da 2ª Sessão Ordinária, realizada em 25/01/2018.

A Exma. Conselheira Secretária, Dra. **Rosa Maria Rodrigues Carvalho** solicitou inversão de pauta para apreciação do item 3. **Apreciação de Expediente**, subitem 3.1. Ofício nº 164/2017-MP/CGMP - Protocolo Nº 4934/2018. O Egrégio Conselho Superior acatou o pedido da Exma. Conselheira Relatora.

3. Apreciação de Expediente

3.1. Ofício nº 164/2017-MP/CGMP - Protocolo Nº 4934/2018

Interessado: Corregedoria-Geral do Ministério Público

Assunto: O Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr. Jorge de Mendonça Rocha, informa que no período de 31/01/2018 a 01/02/2018, 07 e 08/02/2018, estará participando da Reunião Ordinária do CNPG e 1ª Reunião de trabalho do CNMP, respectivamente.

O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO do Ofício nº 164/2017-MP/CGMP (Protocolo nº 4934/2018) da lavra do Exmo. Corregedor-Geral, Dr. Jorge de Mendonça Rocha.

Julgamento de Processos:

2.1. Processos de Relatoria da Conselheira ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO:

A Exma. Conselheira, Dra. **Rosa Maria Rodrigues Carvalho** solicitou inversão de pauta para julgamento do subitem 2.1.3, considerando a presença do advogado da parte requerida. O Egrégio Conselho Superior acatou o pedido da Exma. Conselheira Relatora.

2.1.3. Processo nº 002019-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Tribunal de Contas do Estado do Para - TCE

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar denúncia de possíveis irregularidades no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA).

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, alterado em sessão em sua parte final, DECIDIU pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, devendo ser oficiado à Procuradoria-Geral de Justiça sugerindo a expedição de Recomendação ao Tribunal de Contas do Estado do Pará - TCE, com o intuito de que o mesmo só prorogue contratos oriundos de contratação direta se persistirem, no momento da prorrogação, as razões justificadoras da dispensa ou inexigibilidade de licitação pública, em atendimento à inteligência da doutrina, jurisprudência e dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

Registrou-se a abstenção de voto da Exma. Conselheira, Dra. Leila Maria Marques de Moraes.

2.1.1. Processo nº 000264-151/2017

Requerente(s): Tribunal de Contas da União - TCU

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Belém - PMB

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital **Assunto:** Apurar possíveis irregularidades na destinação de verbas oriundas de pagamento de precatórios aos municípios que fazem jus a diferenças na complementação, devida pela União, no âmbito do extinto Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pela RATIFICAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO ao Ministério Público Federal, nos termos do que dispõe o art. 1º da Resolução nº 005/2014/MP/CSMP, por ser esse o órgão que possui atribuição para atuar no feito, procedendo-se a remessa dos autos ao órgão declinado para que adote as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, diante do interesse da União presente no caso por existência de complementação federal ao FUNDEF.

2.1.2. Processo nº 000403-125/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Estado do Pará - SEDUC

Origem: 1º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos da Capital